REFLEXÕES EM TORNO DA VIDA SOCIOCULTURAL DOS ARARA DA VOLTA GRANDE DO XINGU FRENTE AO MEGAEMPREENHIMENTO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE, ALTAMIRA-PARÁ

Marlinda Melo Patrício¹

Este texto se propõe a apresentar as condições em que se encontram os Arara da Volta Grande do Xingu (Terra Indígena Arara da VGX) frente ao megaempreendimento da usina hidrelétrica de Belo Monte. Este documento é um resumo dos resultados do Componente Indígena do Estudo de Impacto Ambiental-Relatório de Impacto do Meio Ambiental (EIA-RIMA) do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte, estudo por mim coordenado, e do que vem ocorrendo desde que a construção teve seu início em 2011. A Terra Indígena Arara situa-se no município de Senador José Porfírio, no estado do Pará.

O presente texto une-se a tantos outros documentos que foram gerados ou que estão sendo produzidos, com o objetivo de refletir sobre os trabalhos já realizados, como EIAs -Componente Indígena e o Programa Médio Xingu (PMX/PBA). As reflexões não somente giram em torno do meio físico e biótico,

¹ Mestre em antropologia, coordenou os Estudos de Impacto Ambiental Componente Indígena da UHE Belo Monte sobre os Arara da Volta Grande.

mas expõem os impactos vivenciados na fase de implantação do megaempreendimento, fase que, como as demais, está atingindo as populações tradicionais que vivem do meio ambiente xinguano. As modificações que já estão ocorrendo na região, principalmente para os atores sociais, os quais se relacionam com os Arara, estão sendo determinantes para a mudança das condições sociais, políticas, econômicas e culturais dos Arara, sem deixar de mencionar a própria cidade de Altamira-PA.

INTRODUÇÃO

Neste texto se faz uma exposição da situação dos Arara, grupo indígena que tem sua morada na Volta Grande do Xingu (VGX), local em que ocorrerá a redução da vazão do rio Xingu em Altamira-Pará, e das condições que enfrentam com a construção da usina hidrelétrica (UHE) Belo Monte.

1. DO RIO BACAJÁ AO RIO XINGU: UMA HISTÓRIA CONTADA PELOS ARARA

1.1 Localização e acesso

A Terra Indígena (TI) Arara da VGX está localizada no município de Senador José Porfírio, antiga Souzel, e situa-se entre os rios Bacajá e Bacajaí, mais precisamente nas proximidades do rio Bacajá, nas coordenadas latitude 03°30'12''S e 3°41'30''S e longitude 51°34'18''WGr E 51°45'18'' WGr. No limite Norte está o rio Xingu, desde a confluência com o rio Bacajá até a confluência com o rio Bacajaí. No limite Leste, pelo rio Bacajá, até a confluência com o igarapé Sete Palmeiras. No limite Sul, segue o leito do igarapé Sete Palmeiras, ao longo de todo o seu trajeto até sua nascente, desta, por uma linha reta, ou linha seca, até a nascente do igarapé Mão da Onça e seguindo por este até sua confluência com o rio Bacajaí. A região é de muitas corredeiras e ilhas, fundamental para a vida

dos Arara. A referida área e seus limites estão dentro do município de Senador José Porfírio e fazem parte da Gleba Bacajaí, que está sob a jurisdição do Instituto de Terras do Pará (Iterpa).

No que tange ao acesso à aldeia Terra Wangã até a cidade de Altamira, as embarcações Arara – canoas a remo – levam de 7 a 8 horas de viagem para fazer este trajeto no verão.² No inverno, essas embarcações fazem o mesmo trajeto em menos de 7 horas. Esse acesso vem sendo utilizado desde que seus antepassados migraram para o rio Xingu, no século XIX. O percurso tem sido realizado também pela navegação local, embarcação do tipo voadeira, com motor 40HP, em um tempo que varia de 3 a 3 horas e meia. Os comerciantes realizavam viagens com maior frequência até a Ilha da Fazenda, garimpo do Galo ou garimpo do Itatá para realizar negócios. Desde 2002, com o processo de regularização da terra e com os estudos e discussões com maior frequência sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte, a navegação comercial e de transporte passou a estender seu percurso até a Terra Wangã. Portanto, a acessibilidade entre a aldeia e o centro de Altamira se intensificou.

A utilização desta via de comunicação e tráfego tem sido a única. No entanto, com a realização do Estudo de Impacto Ambiental-Componente Indígena da BR-230 – rodovia Transamazônica – em 2010, a comunidade passou a indicar outra possibilidade de saída, qual seja o ramal do Surubim. O ramal está localizado a oeste da referida terra e se estende até a rodovia Transamazônica na altura do km 100. Este acesso é utilizado pelos fazendeiros, que, por meio de um acordo com os Arara, acertaram que o ramal pode servir as partes sem que haja conflitos. Esta via é a saída que os Arara encontraram para não ficarem limitados ao rio Xingu,

2 Os Araras costumam sair às 3h ou 4h da manhã para chegar a Altamira e poder aproveitar o tempo para resolver seus problemas, fazer compras e realizar outras atividades, etc.

visto que este já está passando por grandes modificações desde que a construção da usina hidrelétrica Belo Monte (UHE BM) se iniciou. Com o represamento do rio, o trecho da Volta Grande do Xingu ficará com a vazão reduzida. A navegabilidade que hoje conhecem, a qual ainda é possível realizar, com precariedade, será modificada radicalmente. Assim, a saída por terra foi a alternativa encontrada nos estudos realizados EIA-Componente Indígena UHE BM, 2010, isso para não ficarem reféns do acesso proposto pelo projeto de construção da hidrelétrica de Belo Monte.

Vale ressaltar que, pelo fato de o empreendimento já estar em fase de instalação, a rotina da cidade de Altamira, assim como a dos Arara, também passa por mudanças muito rápidas, particularmente no que se refere à comunicação entre os povos indígenas e o empreendedor. Reuniões são feitas e decisões são tomadas nesses encontros entre a empresa responsável pelo empreendimento (Norte Energia S.A. – NESÁ) e as lideranças e suas comunidades, mas não são postas em prática, como o próprio PBA Cl. Essas atitudes têm gerado conflitos e deixado os indígenas desorientados quanto ao futuro e os rumos que devem ser tomados.

1.2 Língua

No que se refere à língua, os Arara do médio Xingu eram, segundo Nimuendajú (1948) e H. Coudreau (1977), de língua Caribe. O subgrupo em estudo fala o português; a língua materna ficou no passado. O contato com a empresa colonizadora foi intenso e interferiu na organização sociocultural do grupo. Diante disso, os Arara buscaram fazer o resgate da língua fazendo o intercâmbio cultural com os Arara de Cachoeira Seca.

Em 2010 se articularam para receber na aldeia Wangã duas famílias que vieram morar com eles. Soube-se que as famílias se instalaram por seis meses e depois voltaram para a TI Cachoeira Seca. Com isto, viveram uma experiência que dizem pretender repetir.

2. HISTÓRICO DO DESLOCAMENTO

O deslocamento das primeiras famílias Arara que deram origem ao grupo de Leôncio Arara ocorreu do rio Bacajá para o rio Xingu em meados do século XIX. O mais antigo Arara, tio-avô de Leôncio, hoje falecido, informou em 2004 que sua avó Tjeli (Yarunu) e Teodora, sua mãe, casada com seringueiro não indígena, saíram de um lugar chamado Morro Pelado, no rio Bacajá, desceram esse rio em ubás até o rio Xingu, parando no lugar conhecido como Barra do Vento – ilha hoje conhecida com o mesmo nome. A essa informação, Ananum Arara acrescenta que, dos 50 indígenas que fizeram o deslocamento – entre homens, mulheres e crianças –, somente 20 chegaram a esta localidade. A fome e a gripe dizimaram boa parte do grupo.

Ananum recorda que os antigos contavam sobre a permanência nesta ilha ter sido curta, visto que seringueiros habitantes do lugar fizeram esforço para seguirem viagem, chegando até a localidade denominada Samaúma, no rio Xingu. As pedras que existem neste lugar possuem sinais, símbolos e marcaram a área, em suas lembranças. O local é um registro da ocupação, possivelmente, bem anterior à presença desses Arara.

Leôncio também narra esta história, mas da outra parte do grupo. Diz ele que o avô Pirá (Arara) e a avó Pipina (Juruna), pais de Firma, sua mãe, se deslocaram da maloca que tinham na margem esquerda do Igarapé Sucuriju em direção ao rio Xingu. “No igarapé do Sucuriju e igarapé Queiroz, abaixo do Potikrô, foi à maloca dos velhos, eles desceram em direção ao rio Xingu e se estabeleceram no Chico Tintim [Quintino?] perto da maloca do Muratu,³”, mencionado

3 O grupo de Muratu e Mandau Juruna, sua mulher, não faz parte do grupo dos Arara que fizeram o deslocamento do igarapé Sucuriju para o rio Xingu. O primeiro grupo já estava no Xingu quando o grupo de Pirá chegou. Essa foi a última morada dos Juruna, o lugar foi abandonado por seus dois últimos habitantes, os quais tomaram o rumo da cidade de Altamira.

na relação de Coudreau como um dos líderes de 18 malocas Juruna, o qual “vivia num lugar chamado por eles de Muratá, conhecido hoje como Deserto⁴ [...], o grupo de Pirá ficou abaixo do Deserto”. Essa viagem foi compartilhada⁵ por Araras e Jurunas (PATRÍCIO et al., 2005). Nessa região, terra firme e ilhas foram ocupadas, dando início a uma nova organização política e sociocultural.

O Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Arara da Volta Grande do Xingu (PATRÍCIO et al., 2005) mostrou que grandes modificações ocorreram a partir desta época. Pode-se acrescentar que os Arara da VGX são o resultado do contato com o colonizador no século XVIII até meados do século XX. Ou ainda, a empresa extrativista na região e os conflitos com outros grupos indígenas, mais a abertura da Transamazônica, promoveram levadas de migrações, assim como a busca por novos espaços. Mais recentemente, os estudos para dar continuidade à tentativa de implementação do empreendimento UHE BM têm provocado mais modificações na forma de os Arara pensar e conduzir suas vidas.

A aldeia hoje tem como “chefe”⁶ Leôncio Ferreira do Nascimento (74), elo entre a história passada e a história recente. Ele preparou seu neto José Carlos Ferreira da Costa Arara (33) para liderar seu extenso grupo familiar. Essa liderança tem

4 A área corresponde ao lugar chamado de “Deserto”, que fica a jusante do rio Xingu, na sua margem direita, e corresponde a 15 lotes, tamanho imaginado por Leôncio, que vai da boca do igarapé Piracema até o igarapé Julião, e hoje está ocupado por não indígenas. Essa região, hoje, pertence ao município de Anapu. Esse lugar pertenceu aos Juruna no início do século XIX, local onde ficava a maloca de Muratu Juruna.

5 A relação matrimonial entre os dois grupos fez com que vivenciassem a mesma história. Isso pode explicar a dúvida sobre quem era Juruna ou Arara, nos relatos de Leôncio Arara, Ananum Arara e Fortunato Juruna, na medida em que os descendentes usavam as duas identidades.

6 Leôncio costuma esclarecer que ele é o chefe e que José Carlos é a liderança. Com isso ele quer dizer que o chefe é quem detém o conhecimento das origens e do histórico do grupo, assim como a única ponte com o passado.

como atributo tratar das questões de ordem política no campo da educação, saúde, território e demais situações que possam surgir. Entretanto, sua decisão final é baseada na consulta feita à comunidade. Tal atitude é respeitada pela liderança, a qual tem a aprovação dos núcleos familiares. Assim, José Carlos consegue liderar o grupo com a autonomia a ele conferida.

Vale observar que, do deslocamento do rio Bacajá para o rio Xingu e das grandes mudanças ocorridas na segunda metade do século XX, o quadro populacional, assim como a estrutura socioeconômica-cultural, se firmaram. Essa modificação, entendida como processo, possibilitou a reorganização do espaço físico da aldeia, assim como favoreceu a reprodução física e cultural. Em 2009/2010, a aldeia estava assim distribuída: 16 homens na faixa etária entre 16 e 70 anos, 27 mulheres de 16 a 73 anos, 13 homens jovens (14 anos), 13 mulheres jovens (12 anos) e, por último, 43 crianças (25 meninos e 18 meninas) perfazendo um total de 112 indivíduos. São essas famílias que terão de conviver com as profundas mudanças que ocorrerão com a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte.

3 O TERRITÓRIO NA ATUALIDADE E O EMPREENDIMENTO BELO MONTE

Em 2004, quando se iniciou o processo de regularização da terra, os Arara conviviam com constantes ameaças de morte e pressão sobre seu território. Nessa época já se discutia a chegada do empreendimento UHE BM. Para evitar e/ou combater o possível andamento do projeto do governo federal e as mudanças, eles fizeram parte de diversos movimentos contra o empreendimento. Contudo, os Arara obtiveram pouco êxito em suas reivindicações contra o empreendimento

As invasões crescentes da terra foram promovidas pela associação dos produtores rurais das Glebas Ituna, Bacajá e

Bacajá (Aribai) e/ou por ações individuais e ocorriam no sentido leste, oeste, noroeste e sul da área indígena, mantendo a terra intrusada. Outras invasões paralelamente começaram a ocorrer devido à possibilidade de esses ocupantes obterem lotes e receberem indenizações, tanto pela regularização da terra quanto pela implementação da UHE BM.

Dessa forma, as proibições feitas pelos colonos que “cortaram” lotes chegam até ao uso dos rios, Bacajá, a oeste e Bacajá a leste, limites naturais da terra. Na parte sul da terra, não há como os Arara chegarem para exercer as atividades extrativas e de caça devido ao loteamento particular “Napoleão Santos”. Dessa maneira, a pressão vinda dos quatro lados da área é motivo de tensões interétnicas e os pressiona para o nordeste da terra, reduzindo a acessibilidade aos locais de uso. A caça, a pesca e o extrativismo tornam-se limitados; sendo assim, a tensão territorial gerada por este cenário dificulta a utilização dos recursos naturais e inibe as atividades econômicas que garantem a reprodução física e cultural do grupo. Com isso, os Arara têm procurado encontrar saídas para amenizar a situação, com o intuito de evitar conflitos, o que não tem sido possível.

Recentemente os trâmites para a regularização da terra se encontram na fase de demarcação, pois, com a construção da UHE BM, essa tarefa se faz urgente devido à necessidade de se “resolver” os conflitos existentes na área do empreendimento.⁷ A efetivação dessa situação é uma das condicionantes para a construção da UHE BM.⁸ Para os Arara, a regularização da terra é

7 As lideranças estão sob proteção policial, devido às ameaças que sofrem dos posseiros que ocupam a terra.

8 O Parecer nº21/10/CGMAM/CGPIMA, emitido pela Funai, tem como uma de suas condicionantes para a construção da UHE BM a legalização das terras indígenas existentes na área do empreendimento.

um direito e, independente da chegada do megaempreendimento, deve ser realizada pelo órgão indigenista. Dizem ainda que a situação trará mais conflito para a região. Essa é a crítica que fazem.

Ainda vale ressaltar o que foi observado quando se estudou os documentos para realizar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) – Componente Indígena da usina hidrelétrica Belo Monte (2009). De acordo com o manual “Instruções para Estudo de Viabilidade de Aproveitamentos Hidrelétricos”, a Área de Influência Direta (AID) engloba a Área Diretamente Afetada (ADA). A AID é a área “cuja abrangência dos impactos incide diretamente sobre os recursos ambientais e a rede de relações sociais, econômicas e culturais”. As AIDs podem se estender além dos limites da área a ser definida como polígono de utilidade pública. O referido documento ainda informa que a AID não se limita à ADA, mas “abrange áreas circunvizinhas que poderão ser atingidas pelos impactos potenciais diretos da implantação e operação do empreendimento, em vista da rede de relações físicas, bióticas, sociais, econômicas e culturais estabelecidas com a ADA” (MANUAL DE INSTRUÇÕES DE VIABILIDADE, 2008).

Isto posto, acrescenta-se que os limites da AID deixam a metade centro-sul da área como Área de Influência Indireta do empreendimento (All), e isso pode acarretar problemas futuros para os Arara, já que a terra não está sendo vista como um todo e sim como partes, na medida em que foi dividida em diferentes áreas de impacto, a saber: AID e All.

Considerando-se os limites naturais – a leste, cerca de 40 km do rio Bacajá, e a oeste, cerca de 28 km do rio Bacajá –, sugeriu-se mudanças, quais sejam, estender os limites da AID até os limites da TI Arara, caso contrário poderão ocorrer impactos significativos, os quais não serão considerados por estar na All. Entende-se que a Terra Indígena foi identificada

antes da definição da AID e que as duas delimitações são distintas; entretanto, quando uma se sobrepõe a outra, existe a necessidade de se fazer essas sobreposições. Além das considerações feitas acerca das categorias de impacto e seus prejuízos sobre a terra, quer-se reforçar os papéis das unidades de conservação (UCs) e TIs, na medida em que são Áreas Prioritárias para Conservação.

Tais sugestões foram apresentadas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) Componente Indígena Arara UHE BM (2009, p. 38). Por sua vez, as alterações feitas no Projeto Básico de Engenharia apresentado no Projeto Básico Ambiental (PBA) Componente Indígena UHE BM – Programa Médio Xingu (2011, p. 23) não apontam o atendimento de tal consideração.

Contudo, como se pode ver na figura a seguir, as divisões mencionadas foram ressaltadas pelo Parecer 21/09/CMAM/CGPIMA-Funai, o qual sugeriu “a existência de áreas maiores ainda bem preservadas na All e sua conexão com outras áreas protegidas, as quais poderão se tornar unidades de conservação (UCs) de proteção integral”. Nessa direção, uma unidade de conservação deverá ser criada a leste do rio Bacajaí encostando-se à TI Trincheira-Bacajaí. É possível que essa medida iniba as invasões à terra, assim como a desatenção à área que fica fora da AID.

4 O RIO XINGU COMO PRINCIPAL FONTE DE ALIMENTO

A comunidade indígena Arara da VGX compõe-se atualmente de pequenos produtores que vivem da agricultura familiar, da coleta de produtos não madeireiros, destacando-se como pescadores, caçadores ou curadores de elevada credibilidade. Habitam áreas geograficamente isoladas, cujo acesso ainda se faz exclusivamente pelo rio ou “canais do rio”. Embora com diferentes características, essas populações tradicionais que habitam a VGX têm em comum a dependência, em maior ou menor grau, de recursos dos ecossistemas naturais para suprir necessidades alimentares, medicinais, culturais e econômicas.

O rio Xingu oferece às famílias Arara o principal alimento, o pescado. Os pescadores têm no arroz, feijão, peixe e farinha de mandioca a sua refeição típica. Ocasionalmente, o peixe é substituído por outras fontes de proteína animal, como carne de caça, galinha ou ovos. A técnica de salgar peixes ainda é mantida por algumas famílias, principalmente para armazenar grandes quantidades de pescado. Segundo os relatos, o peixe salgado é consumido com açaf e pacu branco e apresenta o melhor paladar para os indígenas. Em outras formas de preparo, o pescado é consumido cozido ou frito no óleo de soja ou babaçu e consumido no café – acompanhado da tapioca –, na merenda, no almoço e/ou jantar.

As águas do Xingu, dos rios Bacajá e Bacajaí, circundam e limitam a Terra Indígena Arara e são suas principais fontes de obtenção de alimento e geração de renda, além de constituírem atualmente a única via de acesso à aldeia. A atividade de pesca está relacionada com a utilização direta desses três rios; a caça de inverno é realizada quase com exclusividade nas ilhas do rio Xingu, além do deslocamento para áreas de caça situadas fora da TI, se

possível somente via rio Bacajá. Assim, até mesmo atividades extrativistas estão relacionadas ao uso dos rios e ao acesso às ilhas. A TI Arara é formada por uma rede hídrica fortemente delineada por grotas e igarapés tanto do lado leste, pelo rio Bacajá, como oeste, pelo rio Bacajá, observado em estudo posterior (PATRÍCIO et al., 2009). O mesmo documento aponta que o rio Bacajá possui uma grande extensão de planície de inundação e, automaticamente, funciona como berçário para várias espécies de organismos aquáticos do rio Xingu, inclusive as de peixes com valor comercial (tucunarés, fidalgo, pacus, curimatãs, pescadas, piaus e branquinhas, entre outras); assim, podemos afirmar que este rio tem uma importância que extrapola os limites da Terra Indígena Arara da VGX. Dessa forma, há necessidade de mitigar e compensar os danos causados (PATRÍCIO et al., 2009).

Dessa forma, quaisquer iniciativas de amenizar os impactos ambientais – aumento do transporte de sedimentos, possibilidade de contaminação da água e comprometimento dos usos do rio com destaque para a pesca, abastecimento de água para consumo da população e a possibilidade de surgimento de doenças de veiculação hídrica – devem ser de mitigação e compensação dos impactos. Para isso, deve ser elaborado o plano de conservação dos ecossistemas aquáticos, programas de conservação da ictiofauna e de segurança territorial, projeto de monitoramento da ictiofauna, plano ambiental de construção, plano de sustentabilidade econômica, dentre outros. Tal necessidade foi contemplada no Plano Básico Ambiental (PBA).

Deve-se levar em consideração esta ligação como fator para despertar a conscientização ambiental. É necessário tornar claro que o desmatamento das matas ciliares da região da VGX não é só um problema para o povo Arara, mas atinge as comunidades ribeirinhas como um todo, trazendo desde os efeitos locais, nos assentamentos e fazendas, passando pela Terra Indígena, até

finalmente afetar o segmento da sociedade que tem no pescado do Xingu sua fonte de renda e/ou alimentação.

Essas mudanças já estão acarretando transformações consideráveis na forma de vida econômica, social, política e cultural dos Arara, sem deixar de mencionar a acessibilidade.

5 RIO XINGU, PRINCIPAL VIA DE ACESSO

Os Arara possuem rotas de navegação na VGX, suas “estradas” da aldeia Wangã até a cidade de Altamira e da aldeia até a cachoeira do Jericuá. Essas rotas fazem a comunicação desses indígenas com a região e, portanto, os colocam em conexão com a cidade, os serviços que esta possa oferecer e ainda com um círculo de pessoas indígenas e não indígenas da região. As “estradas” levam até eles informações, e toda uma rede de comercialização e amizades construídas. Assim, esse percurso é realizado por gerações, e isso os fez serem conhecedores de cada trecho do rio e exímios navegadores em águas com muitas corredeiras.

Os canais de navegação percorridos não são os mesmos realizados pelas embarcações não indígenas. Os Arara identificam vários canais que utilizam tanto no inverno quanto no verão, tanto de dia quanto de noite, em direção a montante ou em direção a jusante. O canal do Landi e o canal do Kaitucá são os principais canais de navegação. Segundo os Arara, o canal do Landi é navegado por não indígenas e permite embarcações de grande porte. O canal do Kaitucá é fragmentado e é conhecido por vários nomes, conforme seu percurso e a familiaridade dos índios com o lugar. Assim, caracterizar este percurso ajuda na compreensão de como os Araras se relacionam com o rio, ou seja, as mudanças previstas para ir e vir, com a redução da vazão do rio Xingu nestes trechos, irão alterar a paisagem e essa relação.

Diante disso, apresentam-se os impactos sobre os rios Xingu, Bacajá e Bacajaí na fase de construção, já em andamento, e enchimento. As diversas alterações das condições hidráulicas, assim como a possibilidade de comprometimento da navegabilidade, com dificuldade de transposição do rio no trecho das obras do barramento denominado Sítio Pimental, serão irreversíveis. Assim como pode ocorrer o aumento da dificuldade de escoamento da produção, de acesso aos serviços e da manutenção das relações sociais. Se for considerado o que pode ocorrer fora do previsto, este é um processo penoso e de difícil cálculo. A edificação da UHE BM na etapa de construção e enchimento promoverá consideráveis alterações das condições de navegação. Vale ressaltar que na fase atual, de construção, as modificações na rotina do grupo estão se apresentando desastrosas, visto o empreendedor não ter contratado empresa com competência para furar um poço artesiano, o qual forneça água com qualidade para a comunidade. Isso sem mencionar o saneamento básico da aldeia, que até início de janeiro de 2013 ainda não aconteceu, ou seja, a implantação da infraestrutura da aldeia está sendo protelada.

O trecho do rio Xingu, ao longo da VGX, com 100 km de extensão, será submetido, durante a operação do empreendimento, a um regime de restrições de vazão determinado por um hidrograma ecológico, o Trecho de Vazão Reduzida (TVR). A proposta de mitigação aponta, para os mecanismos de transposição de embarcações do Sítio Pimental, dois tipos de sistemas: (i) o provisório, que funcionará por cerca de um ano, até que o definitivo esteja concluído, e (ii) o definitivo, cuja finalidade é mitigar o impacto da UHE BM sobre a navegação de pequenas embarcações, permitindo o acesso das populações a jusante do Sítio Pimental até Altamira e vice-versa (PBA CNEC/LEME, 2010).

Esses sistemas não são aceitos pelos Arara, os quais duvidam da capacidade da proposta de suprir a necessidade de

acessibilidade. Hoje eles possuem suas embarcações, com as quais levam muito tempo no deslocamento para Altamira, contudo o fazem na hora que quiserem e necessitarem. Ou seja, com o barramento no Sítio Pimental, a transposição proposta pelo Projeto Básico de Engenharia, como medida de mitigação, os colocará sob o controle do empreendedor. Dessa forma, para os Arara essa não é a melhor saída para os que estão na Volta Grande do Xingu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer a situação da TI Arara da VGX junto às famílias Arara permite o levantamento de diversos aspectos de suas vidas e dos fatores que têm impactado o meio ambiente em que vivem. O estudo etnoecológico (EIA-Componente Indígena Arara da VGX, 2009) expõe os danos causados ao território, à fauna aquática/terrestre, à flora, e ocupação não indígena, isso devido à ausência de uma política encaminhada pelo órgão indigenista em parceria com as instituições que tratam do meio ambiente. Dessa forma, o estudo desenha um cenário preocupante desfavorável à manutenção histórica, física e cultural do grupo.

Os Arara já vivenciam o impacto no rio Xingu, o aumento do fluxo migratório na região e na terra, em fase de regularização, é uma realidade. As ocupações existentes na terra, caso não sejam resolvidas pelas instituições responsáveis, Funai, Ministério Público, Polícia Federal, continuarão acarretando danos, pois levam à abertura de novas derrubadas dentro da Terra Indígena, as quais causam a perda de habitat para diversas espécies, forçando mudanças para a fauna e mais derrubadas da floresta e o aumento da fragmentação de habitat, o que, para muitas espécies, pode significar o isolamento de populações. Isso no caso de a demarcação que se iniciou em 2011 ser concluída com a indenização, retirada dos posseiros e fiscalização da área. O EIA-Componente Indígena (PATRÍCIO et al., 2009) enfatiza que

a fragmentação e a perda de habitat, como em outros eventos de ocupação humana de áreas naturais, são consequências de modificações no ambiente, como a construção de estradas, habitações e o aumento da pressão sobre os recursos naturais – fauna aquática e terrestre, assim como a flora.

Outro impacto presente é a falta de água potável. As medidas para resolver efetivamente essa condição já passaram da fase de urgente na atualidade. Isso já se mencionava no EIA, antes que comessem as obras e a alteração do curso do rio Xingu. Tal fato, com o início dos trabalhos em 2011 até o momento em que se redige este texto, não foi atendido, levando os Arara e os Juruna do Paquiçamba a encaminharem ao Ministério Público, aos meios de comunicação documentos que comprovam as condições em que estão vivendo com a falta de água potável e a perda de sua principal atividade econômica, a pesca. A chegada de novos moradores para a região próxima à terra e a mudança de ideia dos fazendeiros, pequenos produtores, que estão ao longo dos travessões no que se refere à passagem dos Arara pelo travessão do Surubim, intensificaram as dificuldades para a acessibilidade. Enquanto a terra não tiver sua regularização concluída efetivamente, além do rio e dos recursos naturais, o povo Arara estará em situação de vulnerabilidade social. Assim, o cenário atual configura-se complexo, preocupante, e os Arara não sabem mais a quem recorrer. Este fato deixa as lideranças fragilizadas e a comunidade sem perspectiva de futuro.

Dessa forma, para concluir, consideram-se os aspectos mencionados de extrema importância e recomenda-se que o passo a ser dado na fase atual, na qual se encontram, é o de implantação urgente do PBA e mesmo que haja condições de acessibilidade pelo rio Xingu não se vê que uma saída por terra inviabilize o empreendimento dentro do projeto Belo Monte. Os

Arara mostraram claramente querer ter outra forma de acesso a sua terra, o que lhes é de direito.

A construção da hidrelétrica ao que se percebe está em fase de construção condizente com o calendário da empresa, é o que se vislumbra, considerando o avanço das obras,⁹ conforme se teve oportunidade de ver, o atraso na implementação do PBA, a não conclusão dos trabalhos da BR 230¹⁰ e a indefinição de acessibilidade pelo travessão do Surubim, tem fortalecido mais impactos, como o desequilíbrio da rotina socioeconômica do grupo, a fragilidade política, econômica e social do chefe e da liderança dos Arara –visto que qualquer cidadão brasileiro tem varias vias de acessos para chegar a sua casa. Finalmente, o diagnóstico da situação atual das 27 famílias indígenas, 125 pessoas que vivem do ecossistema da VGX, evidenciou a opinião dos Arara como sendo desfavorável ao empreendimento, mesmo que tenham colaborado com os estudos. Essa colaboração se deveu à constatação de que, acima de suas opiniões, precisavam fazer parte do processo e garantir que mitigações e compensações fossem minimamente asseguradas.

9 As informações recentes indicam que até o momento estão em execução parcial o Programa de Infraestrutura, com a construção de estradas, poços artesanais e redes de distribuição de água e a elaboração dos projetos de postos de saúde e escolas, Programa de realocação, desde 2011, Programa de atividades produtivas em contrato recente (janeiro de 2013) e ainda será apresentado aos indígenas da região. Quanto aos demais programas ainda estão sob avaliação da NESAs.

10 O EIA foi realizado em 2009, entregue a Coppetec, DNIT e Funai, mas até janeiro de 2013 não se conseguiu apresentar os resultados para a comunidade. A alegação é que a Funai não tem pessoal suficiente para acompanhar as apresentações às TIs. Chegou-se a apresentar o trabalho para a Funai em Brasília e fazer os ajustes necessários solicitados, apenas isso.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO Jr., J. R. *Composição e distribuição da ictiofauna de interesse ornamental do estado do Pará*. 110 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Animal)–Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- CARVALHO Jr, J. R.; TORRES, M. F. Ictiofauna da Amazônia Oriental III. A pesca artesanal de acaris de importância econômica no município de Altamira, Pará. (Siluriformes, Loricariidae). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ZOOLOGIA, 21., 1996, Porto Alegre. CD-ROM.
- COUDREAU, Henri. *Viagem ao Xingu*: 1886. São Paulo: Editora Universidade, 1977.
- DIEGUES, A. C.; ARRUDA R. S. V. *Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.
- ESTUDO de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental regional. LEME Engenharia. 2008.
- GIANNINI, I. V.; MULLER, R. P.; LORENZ, S. (Org.). *Plano Básico Ambiental UHE BM – Componente Indígena – Programa Médio Xingu*. São Paulo: Norte Energia S.A., 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Instrução Normativa IBAMA 203*. 22 out. 2008.
- MANUAL de Instruções para Estudo de Viabilidade de Aproveitamentos Hidrelétricos. Brasília-DF: Aneel, 2008.
- NIMUENDAJÚ, C. Tribes of the lower and middle Xingu river. In: STEWARD, J. H. (Ed.). *Handbook of South American Indians*. Washington: Smithsonian Institute, 1948. v. 3.
- PARECER 21/09/CGMAM/CGPIMA–Funai. Brasília, 2009.
- PATRÍCIO, Marlinda Melo et al. *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu*. FUNAI/CGID, 2005. Mimeografado.
- _____. *EIA Usina Hidrelétrica Belo Monte – Componente Indígena Arara da Volta Grande do Xingu*. Altamira-PA: Themag; Santa Maria-RS, 2009.
- _____. *EIA BR-230 – Transamazônica-Componente Indígena Arara da Volta Grande do Xingu*. Altamira-PA: COPPETEC/UFRJ; Santa Maria-RS, 2010.
- RELATÓRIO Final. *Análise de Sinergia com Plano e Programas para Região do Xingu*. mar. 2011.